

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O aceno do Planalto ao funcionalismo - BRASÍLIA - DF ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro aprova 5% de reajuste a servidor ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Categorias afirmam que percentual de aumento é inaceitável ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica estuda prorrogar Refis mesmo sem ter aberto programa ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A bolha do funcionalismo - ADRIANA FERNANDES ..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em ano eleitoral ..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tempo de liberação de cargas quadruplicou ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Paralisações afetam pelo menos sete órgãos ..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Inflação de alimentos da cesta básica supera 21% em 12 meses ..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Contribuinte tem direito de somar ao valor de imóvel gastos com reforma ..... 17

PORTAL R7 - NACIONAL - FOLHA VITÓRIA  
SEGURIDADE SOCIAL

FGTS, adiantamento do 13º e Auxílio Brasil: veja quem tem direito e quando sacar ..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo decide dar reajuste de 5% a todos os servidores e inclui militares ..... 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

O voto, a vergonha e as redes - MALU GASPAR ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso trava projetos polêmicos em ano eleitoral ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercosul outra vez ignorado (Editorial) ..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Aliados no Congresso acusam governo de boicotar renegociação de débitos** ..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**STJ mantém execução fiscal sem garantia do valor em discussão** ..... 28

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Gasolina cara mesmo com queda do dólar** ..... 29

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Assembleia da Petrobras aprova José Mauro Coelho** ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Emergência alimentar (Artigo)** ..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
ECONOMIA

**Exportações do agronegócio rendem soma de US\$ 131 bilhões em 12 meses - VAIVÉM DAS  
COMMODITIES** ..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
ECONOMIA

**Estudo aponta consumo mais fraco de café no Brasil, com a primeira queda em dez anos**  
..... 35

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

**Zema vai à Justiça tentar barrar reajuste de servidores** ..... 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Presidente prevê inflação de alimentos "por longo tempo"** ..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Facebook cobrará 50% de comissão no metaverso** ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**Mercado já projeta IPCA de 7,5% no fim deste ano** ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**Governo estima déficit de R\$ 66 bi este ano e superávit primário fica para 2025** ..... 40

# O aceno do Planalto ao funcionalismo - BRASÍLIA - DF



**DENISE ROTHENBURG**

Se depender da área política do governo, o reajuste salarial de 5% para todo o funcionalismo está garantido. A avaliação no Palácio do Planalto é de que as greves, em especial a dos auditores-fiscais da **Receita Federal**, vão pressionar ainda mais a **inflação**, ponto que incomoda todos os brasileiros e, segundo aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), impede a melhoria da popularidade.

Com o aceno do Planalto aos servidores - a área econômica, agora, estuda de onde sairá o dinheiro -, o governo espera conter as paralisações e expor categorias que permanecerem mobilizadas por reajuste. A ideia é montar um discurso que possa colar nos grevistas a tarja de greve política, apenas para prejudicar Bolsonaro eleitoralmente. Os próximos dias serão usados para que se faça as contas a fim de tentar resolver a equação antes do 1º de Maio.

Assim não dá

Militares têm avaliado que o governo Bolsonaro acabou expondo as Forças Armadas. A história da compra de Viagra e de próteses penianas é um exemplo. E já há quem diga que pode ficar pior se o ex-ministro da Defesa, Walter Braga Netto, for candidato a vice-presidente.

Deles não

O governo quer tirar de cena qualquer projeto de lei que venha de parlamentares de partidos de esquerda. A ordem é só bater bumbo sobre propostas que tenham origem na base governista - leia-se Centrão.

Resta o apoio de Geraldo Alckmin

Embora seja o segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto, o pré-candidato do PSB ao governo de São Paulo, Márcio França, não conseguiu um leque de alianças para sustentar a sua candidatura. Daí, a aposta é que ele terminará desistindo da empreitada. O Ipespe, por exemplo, sequer colocou um cenário para avaliar o peso do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) no apoio a França. Fez falta.

Tipo exportação

Única montadora produzindo veículos eletrificados (híbridos, plug-in e movidos a célula combustível) na América Latina, a Toyota do Brasil exportará para os Estados Unidos o motor 2.0 para o Corolla Cross, a partir de setembro.

Cutidas

Nem vem/ Com o ex-governador de São Paulo João Doria (PSDB) encostando em Ciro Gomes (PDT, foto) nas mais recentes pesquisas de intenção de voto, a avaliação de parte do tucanato é que ninguém vai conseguir tirar dele a candidatura presidencial. "Se já era difícil remover, agora, com o crescimento, a situação melhora bastante", diz um integrante da cúpula do partido.

Disputa gaúcha/ No Rio Grande do Sul, a campanha para o Senado tem chamado mais a atenção do que a corrida para o governo estadual. É que haverá uma

disputa ferrenha entre a ex-senadora Ana Amélia Lemos (PSD), que foi vice de Geraldo Alckmin na eleição passada, e o vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos). Por fora, corre o senador Lasier Martins, do Podemos.

Veja bem/ Mourão não precisará renunciar ao cargo de vice-presidente para concorrer. Basta não assumir a Presidência da República durante a campanha. Portanto, pode continuar despachando na vice normalmente.

Mudança de amigo/ Dia desses, na reunião com a bancada do Amapá, Bolsonaro praticamente ignorou o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (União Brasil). Agora, por ali, a prioridade é o deputado federal Acácio Favacho (MDB).

# Bolsonaro aprova 5% de reajuste a servidor



**Deborah Hana Cardoso**

Após discutir o assunto com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o da Casa Civil, Ciro Nogueira, no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizou um reajuste salarial linear de 5% a todos os servidores federais. A correção nos contracheques deve ser aplicada sobre o salário de junho e custar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões aos cofres públicos neste ano, considerando apenas os funcionários do Poder Executivo. Como o Orçamento só dispõe de R\$ 1,7 bilhão para aumentos de salários, o governo terá que cortar despesas em outras áreas.

A decisão foi mal recebida pelas lideranças sindicais do funcionalismo, que vêm pressionando o governo por uma reposição emergencial de 19,99%. Davi Lobão, representante do Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe), disse que a proposta não foi discutida com a categoria. "Nada foi conversado. Marcamos presença todos os dias no Ministério (da Economia) e não falaram com a gente. Isso é uma falta de respeito", criticou. "Esse reajuste é irrisório. Quatro meses com essa **inflação** já são 5%", disse.

Algumas categorias, como os servidores do Banco Central, estão parados desde 1º de abril, reivindicando aumento de 26,6% e reestruturação da carreira. Fábio Faiad, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do BC (Sinal), disse ao Correio que, se for este "reajuste seco", a greve dos servidores da autarquia continuará. "Soubemos pela imprensa, foi uma surpresa", disse.

A intenção inicial de Bolsonaro era de dar reajuste apenas às corporações policiais, o que gerou descontentamento dos demais servidores. Além da greve no BC, membros da **Receita Federal** iniciaram

uma mobilização, que incluiu a entrega de cargos em comissão. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), mais de mil servidores renunciaram a cargos de chefia. O reajuste linear é uma tentativa de Bolsonaro de reduzir a tensão na Esplanada, de olho na campanha pela reeleição.

A corrida para corrigir a folha de pagamento do funcionalismo também tem a ver com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede aumentos salariais a servidores a menos de 180 dias do fim do mandato presidencial. A decisão ocorre, ainda, na véspera do envio do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 pelo governo ao Congresso Nacional, nesta quinta-feira. A proposta deve prever os gastos estimados com salários no próximo ano.

## Teto

O vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), disse não saber "se há espaço o teto de gastos para o aumento". O senador Eduardo Gomes (PL-TO), ex-líder do governo na Casa e membro da Comissão Mista do Orçamento (CMO), bateu na mesma tecla: "O governo teve arrecadação recorde, porém abriu mão de muita receita".

Além do reajuste linear de 5%, o governo vinha considerando outras opções. Os técnicos chegaram a propor dividir o R\$ 1,7 bilhão reservado no Orçamento igualmente entre os servidores, o que daria R\$ 400 para cada um. O valor seria entregue na forma de ticket refeição. Outra hipótese discutida foi retirar dinheiro de emendas parlamentares. Considerou-se também acomodar no R\$ 1,7 bilhão as categorias mais insatisfeitas: além das polícias, Receita, Banco Central e Advocacia-Geral da União (AGU).

# Categorias afirmam que percentual de aumento é inaceitável

**Douglas Gavras e Fábio Pupo**

O reajuste de 5% que o governo decidiu nesta quarta-feira (13) dar aos **servidores públicos** federais foi recebido negativamente por algumas categorias, que já falam em intensificar manifestações.

O governo tomou a decisão mesmo sem ter espaço suficiente no Orçamento, o que vai ocasionar um corte de verbas em outras áreas. A estimativa é que o custo da medida seja de aproximadamente R\$ 6 bilhões em 2022.

A decisão foi confirmada pela Folha com integrantes da equipe econômica e do Palácio do Planalto. A opção pelo formato linear vem depois de meses de idas e vindas sobre os reajustes do funcionalismo e após pressão do Palácio do Planalto sobre a equipe econômica nos últimos dias para se chegar um desfecho ainda nesta semana.

Para Amauri Fragoso de Medeiros, do Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), a medida pode ser interpretada como um recuo de Bolsonaro, ao se pensar que a proposta inicial do governo era que o reajuste fosse dado apenas a uma parte da sua base eleitoral -os policiais. Apesar de não suprir toda a necessidade dos servidores, é uma derrota deles, diz.

"Mas a carestia, com aumento de combustíveis e desemprego, tem prejudicado o sustento dos servidores. Estamos em pleno processo de construção de greve e isso não dá conta das nossas perdas salariais. Tenho a impressão de que os servidores irão ficar revoltados, já que 5% equivalem à **inflação** apenas deste ano, praticamente."

Medeiros completa que o governo beneficia os militares mais uma vez, ao incluir as Forças Armadas no reajuste. "Quando da reforma da Previdência, os servidores e servidoras tiveram seus salários reduzidos, com o aumento de alíquotas, mas os militares tiveram aumento em seus soldos."

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, também criticou a medida, ao apontar que a defasagem salarial dos servidores federais está entre 30% a 40%. "Então, recomposição de 5% é mais do

que inaceitável, é revoltante."

Segundo Marques, as mobilizações dos servidores devem se intensificar nas próximas semanas, por conta da janela orçamentária e legal, que está se fechando. "Para os servidores, o ideal seria algo mais próximo aos percentuais de perda do poder aquisitivo no período. Um reajuste de 20% agora seria razoável, e a gente poderia corrigir o restante nos próximos anos."

Sobre o reajuste de 5% incluir as Forças Armadas, o presidente do Fonacate reforça que eles já tiveram uma recente reestruturação de carreira. "Já foram beneficiados em 2019, depois os generais aposentados que estão no governo ganharam o dobro do teto. No mês passado, tiveram outro avanço, pelo decreto 11.020, de 31 de março, e não sofreram o aumento de alíquota de até 22%, que atingiu os servidores civis na reforma da Previdência."

Os representantes de servidores da **Receita Federal**, uma das categorias mais ativas nas mobilizações por reajustes, também se dizem insatisfeitos. "O índice de revisão geral 5% é muito aquém da perda inflacionária", diz Paulo Oshiro, presidente do Sindifisco Nacional de São Paulo.

Fábio Faiad, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central), afirma que a decisão do governo abre espaço para negociação - mas também acha o valor pequeno. "Na nossa opinião, o reajuste de 5% é muito pouco, haja vista a **inflação** acumulada do governo Bolsonaro já ser superior a 20%. Tal proposta, se for concretizada, pode significar negociação, mas para nós é insuficiente", diz.

Luciano Leiro, presidente da ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), afirma que a decisão, caso confirmada, "será uma grande decepção para todas as categorias policiais, que vêm sofrendo diversas derrotas neste governo, além de pôr em descrédito o comprometimento do governo com a segurança pública".

"Os delegados federais não se opõem a qualquer aumento aos **servidores públicos**, contudo, o presidente da República precisa honrar os compromissos assumidos publicamente. A

reestruturação é condição insubstituível para valorização dos policiais federais", afirma Leiro.

"Estamos indignados com o tratamento desrespeitoso que o governo está dando à Polícia Federal, o clima interno está insustentável", diz Tania Prado, presidente do SINDPF SP (Sindicato dos Delegados de Polícia Federal do Estado de São Paulo). Segundo ela, esse é um tratamento injusto para os responsáveis pela segurança pública.

"O discurso do governo, desta forma, é vazio, pois não valoriza as forças de segurança da União, nem a PF. Tudo demonstra que a PF não é prioridade para este governo e que mentiras foram ditas."

"A proposta do presidente Jair Bolsonaro aprofunda o processo de corrosão da renda da categoria, com o achatamento de salários em um momento de crescimento dos preços do aluguel e da **inflação** dos alimentos e combustíveis", diz Thiago Duarte Gonçalves, diretor da Fenajufe, (que representa servidores do Judiciário e do Ministério Público).

A entidade afirma que irá voltar a procurar o STF (Supremo Tribunal Federal) para expor a situação dos servidores. "Não queremos privilégios nem aumentos salariais, em um momento de profunda crise econômica e social. Defendemos que seja feita a recomposição inflacionária de 19,99%, referente às perdas desde 2019", diz.

Para o economista e colunista da Folha Marcos Mendes, um dos criadores do teto de gastos, no entanto, o reajuste pode aumentar a incerteza fiscal.

Mendes questiona, primeiramente, se cabe dar um reajuste para os **servidores públicos** agora, já que eles tiveram emprego garantido durante a pandemia, enquanto boa parte dos brasileiros perdeu renda.

"O segundo ponto é se ele cabe no bolso do governo, por conta da limitação do teto de gastos. Vai ser preciso decidir onde cortar despesas e o mais importante seria cortar nas emendas de relator, que são despesas de baixa qualidade e que estão gerando todo o tipo de suspeita de corrupção."

Se tiver um reajuste de 5%, custando R\$ 6 bilhões ou R\$ 7 bilhões, e isso for feito no corte de emenda de relator, o problema é menor, diz. "Mas o mais provável é que esse aumento de despesa com pessoal se junte a outros aprovados pelo Congresso -como piso salarial de enfermeiros, ajuda às Santas Casas- e isso gere uma pressão para flexibilizar o teto de gastos ainda em 2022. Seria problemático para o país e aumentaria a incerteza fiscal."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49880&anchor=6454034&pd=d2bf4fb82a71bf008967d203289aab69>**

# Equipe econômica estuda prorrogar Refis mesmo sem ter aberto programa

**Idiana Tomazelli**

Antes mesmo de abrir o prazo para MEIs (microempreendedores individuais) e pequenas empresas do Simples Nacional renegociarem suas dívidas tributárias com a União, o Ministério da Economia já estuda prorrogar a data limite para ingressar no novo Refis.

A lei que instituiu o Relp (Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional) foi promulgada em 17 de março, e o prazo de adesão vai até 29 de abril, mas o programa até agora não foi regulamentado pelo governo.

A demora tem causado inquietação no setor empresarial e no Congresso Nacional, já que os pequenos negócios não conseguem regularizar suas pendências tributárias.

Segundo integrantes do governo, está em avaliação uma resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional autorizando a ampliação do prazo. A nova data ainda é alvo de discussão.

O motivo do atraso na regulamentação do Relp é a necessidade de compensar a renúncia de receitas, estimada em cerca de R\$ 500 milhões em 2022, na esteira de descontos concedidos em juros e multas.

Como mostrou a Folha, o governo pretende cortar o benefício dos xaropes de refrigerantes produzidos na Zona Franca de Manaus e ampliar temporariamente a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) dos bancos, mas as iniciativas ainda não foram publicadas em meio a resistências políticas.

De um lado, o corte do benefício tributário dos refrigerantes desagradou a bancada de parlamentares do Amazonas, com quem o governo já vem travando uma queda de braço devido à redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). A medida tira competitividade dos produtos da Zona Franca, que já são isentos do imposto.

De outro, os bancos também ficaram descontentes com a possibilidade de aumento na carga tributária. Como mostrou a reportagem, a alíquota da CSLL, hoje em 20%, deve subir para um patamar entre 21% e

23%.

Caso o governo decida ir adiante com o corte do benefício dos refrigerantes, a alta na carga dos bancos poderia ser menos intensa, e a nova alíquota ficaria mais próxima dos 21%, segundo integrantes do governo.

No entanto, a pressão da bancada do Amazonas sobre o Palácio do Planalto tem sido crescente, impondo obstáculos à edição do decreto, no caso do xarope, e da MP (medida provisória), no caso da CSLL.

Diante da demora e da sucessão dos feriados, técnicos do governo discutem com o Congresso uma saída para dar às empresas tempo hábil para aderirem à negociação.

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e a **Receita Federal** trabalham em uma solução jurídica que permita prorrogar o prazo sem a necessidade de aprovar uma nova lei complementar -o que demandaria votação ágil no Congresso, algo difícil em meio aos feriados de Páscoa e Tiradentes.

Essa alternativa envolve a aprovação da resolução pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, composto por representantes da União, dos estados e municípios e do Sebrae.

A negociação está sendo acompanhada de perto pelo Congresso. "A prorrogação está sendo estudada", diz o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), coordenador da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo).

"Já estamos em 13 de abril e o governo ainda não abriu o Refis. Estão emperrando", afirma o deputado, que critica os cálculos feitos pela **Receita Federal** para exigir a compensação.

A lei que cria o Relp chegou a ser vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em dezembro de 2021 justamente pela ausência de medidas de compensação, mas o Congresso Nacional derrubou o veto no mês de março.

Bolsonaro era contra vetar a medida, mas atendeu ao Ministério da Economia e à AGU (Advocacia-Geral da União), que apontaram risco de violação da LRF (Lei

de Responsabilidade Fiscal) e de dispositivos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da Constituição.

A **Receita Federal** calcula uma renúncia próxima dos R\$ 500 milhões neste ano, devido aos descontos previstos na negociação. A LRF exige que esse valor seja compensado com medidas para elevar as receitas na mesma proporção.

O governo estima que até R\$ 50 bilhões em débitos possam ser negociados no Refis do Simples.

O programa permite às empresas inscritas no Simples e aos MEIs parcelar suas dívidas em até 180 meses (15 anos). A negociação deve respeitar o valor mínimo de R\$ 300 para a prestação, com exceção dos MEIs, que poderão pagar, no mínimo, R\$ 50 por mês.

As micro e pequenas empresas pagariam uma entrada de 1% a 12,5% do valor da dívida, conforme o grau de perda de receitas durante a crise provocada pela pandemia de Covid-19.

Além disso, elas teriam descontos entre 65% e 90% nos juros e multas e de 75% a 100% nos encargos e honorários advocatícios, também de acordo com o impacto da crise em seus caixas.

Como o veto integral foi derrubado pelo Congresso, até mesmo empresas que tiveram ganhos de faturamento na pandemia poderão aderir à renegociação.

A medida foi criada como uma resposta às dificuldades sofridas por pequenos negócios durante a crise da Covid-19. Apesar de o Ministério da Economia ter sugerido o veto à medida, durante a pandemia o próprio ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a falar na possibilidade de essas empresas receberem um parcelamento de obrigações tributárias.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49880&anchor=6454034&pd=d2bf4fb82a71bf008967d203289aab69>**

# A bolha do funcionalismo - ADRIANA FERNANDES

**ADRIANA FERNANDES**

A bolha do funcionalismo

Já se passaram quatro meses desde que o Congresso Nacional aprovou, em dezembro do ano passado, o Orçamento de 2022 com a previsão de aumento salarial para três categorias de policiais.

De lá para cá, o governo empurra o problema com a barriga na esperança de que as coisas serão resolvidas com menor custo possível e na aposta de enfraquecimento da mobilização dos servidores - agora acena com 5%, ainda não oficializados.

Tirando o período inicial da guerra da Rússia na Ucrânia, quando a articulação do funcionalismo ficou mais à sombra diante das incertezas que o conflito causou na economia, não foi nada disso que aconteceu.

O que se viu, nas últimas semanas, é a operação-tartaruga em órgãos do governo mostrando sua força justamente com o tempo da demora em se resolver.

Quanto mais tempo demorar, maior são os efeitos na vida real dos brasileiros, atingindo também em cheio o Banco Central e puxando o seu presidente, Roberto Campos Neto, para o centro do debate.

Campos Neto se juntou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e involuntariamente participa das negociações. Como mostrou reportagem de capa do Estadão, há cargas paradas nos portos há quase três meses e navios sem espaço para desembarcar mercadorias com a operação-padrão dos auditores da **Receita Federal**, que capitaneou o movimento já no dia seguinte à aprovação do Orçamento.

Levantamento do Instituto Brasileiro de Comércio Internacional e Investimento (IBCI) mostrou que o movimento dos servidores elevou de cinco para 20 dias o prazo médio para desembaraço de cargas importadas via portos e aeroportos do Brasil. O alerta foi enviado em carta a Guedes. Um problema também que alimenta a alta de preços, o maior e mais preocupante calcanhar de aquiles do governo e que todos os meses surpreende o BC, que acaba postergando o fim do pico inflacionário para o mês seguinte a atormentar Campos Neto.

Está sendo comparado no Ministério da Economia ao "semana que vem" do ministro Paulo Guedes quando se refere a algumas medidas reformistas que saíram da gaveta, mas que ficam para depois.

A coluna apurou que Guedes quis convencer os policiais do governo federal, grupo que em sua maioria apoia Bolsonaro, a esperar pelo reajuste para depois das eleições, e não pressionar agora sob o risco de prejudicar justamente o governo dele.

A possibilidade da explosão de efeito cascata grevista com impacto negativo para o governo não sensibilizou. Ao contrário, o núcleo político envolvido nessas negociações defende "enquadrar" o ministro para a resposta sair a contento.

A solução dessa briga pelo reajuste ficou cada vez mais difícil como movimento dos Estados e municípios em dar reajuste para os seus servidores. O pessoal que está no andar de cima do funcionalismo, com os auditores fiscais, compara e não quer ficar para trás. Uma bolha que resistiu, conseguiu, mas ainda não está satisfeita.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Em ano eleitoral

**MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E JULIA NOIA**  
*economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Tempo de liberação de cargas quadruplicou

**ELIANE OLIVEIRA E IVAN MARTINEZ-VARGAS**  
***economia@oglobo.com.br***

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Paralisações afetam pelo menos sete órgãos

**Estevão Taiar e Larissa Garcia De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1)

# Inflação de alimentos da cesta básica supera 21% em 12 meses

**Leonardo Vieceli**

A **inflação** dos alimentos que compõem a cesta básica disparou em março. Com isso, superou a marca de 20% no acumulado de 12 meses, indica estudo de professores do curso de economia da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

A alta de preços veio em um contexto de pressões do clima adverso, do encarecimento dos custos de fretes e da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Na passagem de fevereiro para março, a **inflação** da cesta básica acelerou de 2,02% para 5,27% no Brasil. Assim, a alta em 12 meses também teve um salto: de 12,67% para 21,46%.

A variação mais recente corresponde a quase o dobro do IPCA. Em 12 meses até março, o índice geral acumulou alta de 11,30%, a mais intensa desde outubro de 2003 (13,98%).

De acordo com o economista Jackson Bittencourt, coordenador do curso de economia da PUCPR, o aumento da cesta básica reflete uma combinação de fatores.

O primeiro é o clima adverso vivido em parte do Brasil nos últimos meses. Chuvas fortes no Sudeste e seca no Sul danificaram plantações.

Assim, os fenômenos extremos restringiram a oferta e impactaram os preços de parte dos 13 produtos que compõem a cesta.

Além disso, março marcou a fase inicial dos reflexos econômicos da guerra na Ucrânia.

O conflito aumentou as cotações do trigo, pressionando no Brasil os preços de alimentos como o pão francês, um dos componentes da cesta, indica Bittencourt.

Por fim, a disparada dos combustíveis em março também gerou efeitos indiretos sobre os alimentos, de acordo com o professor. É que a **inflação** do óleo diesel eleva os custos com transporte de mercadorias, incluindo a comida.

"Uma **inflação** acima de 20%, como a da cesta básica,

impressiona. Afeta todos os brasileiros. Mas são as classes com renda mais baixa que sentem mais. Elas estão empobrecendo", diz o economista.

O estudo da PUCPR tem como base os dados de alimentos dentro do IPCA, calculado pelo IBGE.

Em março, os maiores aumentos entre os produtos da cesta básica foram registrados por tomate (27,22%), leite longa vida (9,34%), óleo de soja (8,99%), feijão (6,43%) e batata-inglesa (4,89%). Banana-prata (-4,78%) e contrafile bovino (-0,07%), por outro lado, recuaram.

Já em 12 meses até março, as maiores altas vieram de tomate (94,55%), café (64,66%), açúcar cristal (35,68%), batata-inglesa (27,15%), óleo de soja (23,75%) e margarina (20,09%). A única queda no período foi a do arroz (-13,88%).

O indicador da cesta básica passou a ser divulgado pela PUCPR ao longo do segundo semestre do ano passado.

Os registros da série tiveram início em setembro. À época, a **inflação** da cesta era de 15,96% em 12 meses. O IPCA estava em 10,25% na ocasião.

Além do recorte nacional, a pesquisa da universidade mostra a **inflação** da cesta na região metropolitana de Curitiba.

Na capital paranaense, a alta do indicador foi de 20,48% no acumulado de 12 meses até março. Já o IPCA de Curitiba, no mesmo período, foi de 14,37%. Trata-se da maior **inflação** entre as 16 capitais e regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

Segundo Bittencourt, é possível que os alimentos pressionem menos o bolso dos brasileiros nos próximos meses, em um cenário de melhores condições climáticas.

Contudo, a tendência aponta para preços ainda em nível elevado, pondera o professor. Riscos como a escassez de fertilizantes devido à guerra na Ucrânia permanecem no radar, de acordo com o economista.

Com a **inflação** persistente e as dificuldades no mercado de trabalho, o Brasil passou a registrar mais

cejas de pessoas em busca de doações de comida e até de restos de alimentos durante a pandemia.

Em março, os valores da cesta básica aumentaram nas 17 capitais pesquisadas pelo Dieese.

O trabalhador que recebeu um salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% da **Previdência Social**, comprometeu 58,57% da renda, em média, para adquirir os produtos da cesta. Em fevereiro, a porcentagem havia sido menor, de 56,11%, indica o Dieese.

Não há notícia de escassez de alimentos no país, diz Bolsonaro O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou nesta quarta-feira (13) que a **inflação** dos alimentos será um problema que terá de ser enfrentado "por um longo tempo", mas exaltou o fato de que não há escassez de alimentos no Brasil. "Aqui não se tem notícia de escassez de alimentos. Países outros, além de uma **inflação** muito maior do que ocorrida no Brasil, Estados Unidos, por exemplo, 8,5%, já existe desabastecimento de alguns produtos", afirmou.

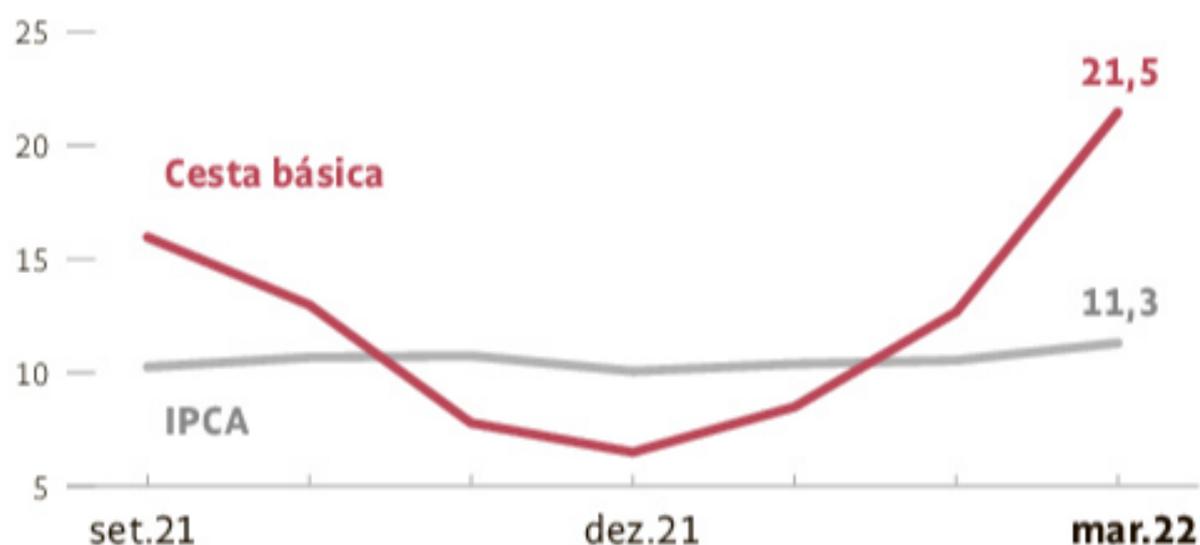
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49880&anchor=6454034&pd=d2bf4fb82a71bf008967d203289aab69>**

## Comida mais cara no Brasil

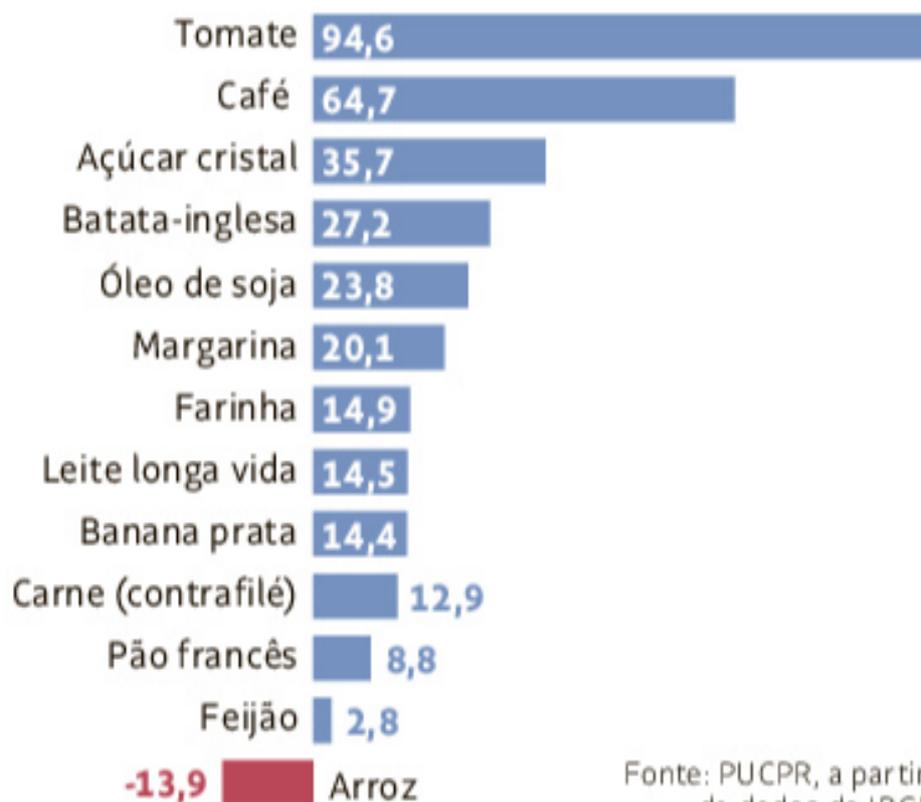
Inflação acumulada em 12 meses

Em %



## Variação dos produtos da cesta básica

Em 12 meses, até mar.22, em %



Fonte: PUCPR, a partir de dados do IBGE

# Contribuinte tem direito de somar ao valor de imóvel gastos com reforma

O contribuinte que compra um imóvel e nele faz reformas pode somar o valor das despesas ao da compra. Mas só devem ser somadas as despesas que tiverem comprovação.

\* Comprei um imóvel usado em 2021 e fiz nele uma grande reforma de modernização. Posso somar os gastos das benfeitorias ao valor de compra? (B.M.) Sim. Mas acrescente apenas o valor das despesas que puder comprovar, como notas fiscais e recibos. Guarde os comprovantes para eventual necessidade de comprovação ao fisco. Informe a soma do valor de compra do imóvel mais as despesas no campo 2021 da ficha Bens e Direitos.

Tenho 47 anos, trabalho em empresa e ganhei R\$ 38 mil no ano. Recebi pensão por morte, do **INSS**, de R\$ 15 mil no ano (menos de R\$ 1.903,98 por mês). Essa pensão é renda tributável? (M.L.). Sim. Informe as duas rendas na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular, conforme os comprovantes fornecidos pela empresa e pelo **INSS**.

Paguei honorários advocatícios de R\$ 10,4 mil para obtenção de minha aposentadoria. Posso abater esse valor da aposentadoria recebida? (G.G.). Não. Os honorários advocatícios pagos a título de assessoria para o recebimento de aposentadoria, sem ação judicial, não podem ser deduzidos do valor recebido por falta de previsão legal.

Como declaro compra de ações e seus rendimentos? (J.F.M. A.). Deve ser declarado o conjunto de ações, cotas ou quinhão de capital de uma mesma empresa cujo valor de aquisição unitário seja igual ou superior a R\$ 1.000. Na ficha Bens e Direitos, selecione o grupo 03, código 01 No campo Discriminação, informe quantidade, tipo e nome da empresa (tipos diferentes devem constituir itens separados). Para declarar os rendimentos, observe o comprovante da fonte pagadora dos mesmos para saber se irão para a ficha Rendimentos Isentos ou Não Tributáveis ou se para a ficha Rendimentos com Tributação Exclusiva/Definitiva. Na própria ficha Bens e Direitos, no quadro Rendimentos Associados, é possível fazer a inclusão do rendimento.

Como declaro uma conta corrente em que está o dinheiro disponível não aplicado? (M.L.N.). Declare segundo o informe de rendimentos do seu banco. Na

ficha Bens e Direitos, grupo 06, código 01, informe todos os dados pedidos, como CNPJ do banco, agência, conta (em Discriminação, indique "conta corrente") e os saldos em 31/12 de 2020 (se for o caso) e de 2021. Apenas saldos iguais ou superiores a R\$ 140 precisam ser declarados.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49880&anchor=6454034&pd=d2bf4fb82a71bf008967d203289aab69>

# FGTS, adiantamento do 13º e Auxílio Brasil: veja quem tem direito e quando sacar

## Folha Vitória

/  
por

## Folha Vitória

A partir do mês de abril, diversos brasileiros poderão contar com um dinheiro a mais na conta. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) inicia o calendário para o saque extraordinário e o 13º salário para aposentados e pensionistas do **INSS** será adiantado.

Os trabalhadores já podem conferir se têm direito ao saque extraordinário de até mil reais do FGTS e a data que vai poder sacar o dinheiro. Os primeiros a serem beneficiados são os nascidos em janeiro, que terão os recursos liberados no dia 20 de abril. O calendário vai até 15 de junho para os nascidos em dezembro.

Segundo a Caixa, cerca de 30 bilhões de reais serão liberados para cerca de 42 milhões de trabalhadores com direito ao saque. A novidade é a nova versão do aplicativo do FGTS, onde poderá ser consultado o valor a ser creditado e a data de crédito na Conta Poupança Social Digital.

O trabalhador poderá informar, ainda, que não quer receber. Neste caso, o débito não vai ser realizado na conta do FGTS. Aliás, essa solicitação também pode ser feita no aplicativo. Também poderá ser feita a alteração cadastral para criação de conta poupança digital.

A consulta do saldo continua sendo realizada no site [fgts.caixa.gov.br](http://fgts.caixa.gov.br), nas agências da Caixa e por SMS. No site, o trabalhado pode saber se tem direito ao Saque Extraordinário; e consultar a data de crédito na Conta Poupança Social Digital.

Se a conta não for movimentada até 15 de dezembro deste ano, a devolução dos valores devidamente corrigidos será automática.

Confira o calendário do novo saque do FGTS

Mês de nascimento: Janeiro

Data da liberação: 20 de abril

Mês de nascimento: Fevereiro

Data da liberação: 30 de abril

Mês de nascimento: Março

Data da liberação: 4 de maio

Mês de nascimento: Abril

Data da liberação: 11 de maio

Mês de nascimento: Maio

Data da liberação: 14 de maio

Mês de nascimento: Junho

Data da liberação: 18 de maio

Mês de nascimento: Julho

Data da liberação: 21 de maio

Mês de nascimento: Agosto

Data da liberação: 25 de maio

Mês de nascimento: Setembro

Data da liberação: 28 de maio

Mês de nascimento: Outubro

Data da liberação: 1º de junho

Mês de nascimento: Novembro

Data da liberação: 8 de junho

Mês de nascimento: Dezembro

Data da liberação: 15 de junho

O pagamento do abono anual devido aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) será adiantado e ocorrerá em duas parcelas, sendo a primeira em maio e a segunda no mês de junho.

Geralmente, o pagamento ocorre nas competências agosto e novembro.

Aposentados e pensionistas, em maioria, receberão 50% do valor do benefício. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro. Neste caso, o valor será calculado proporcionalmente.

Os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do que os 50%. Nesse caso, a antecipação é calculada de acordo com o tempo de duração do benefício.

Por lei, não têm direito ao 13º salário os segurados que recebem benefícios assistenciais. Por isso, o número de benefícios com o 13º salário é menor que o número total de benefícios pagos pelo **INSS**.

A Caixa Econômica Federal paga, a partir desta quinta-feira (14) a parcela de abril do Auxílio Brasil. O valor mínimo do benefício é R\$ 400. As datas seguem o modelo do Bolsa Família, que pagava nos dez últimos dias úteis do mês.

O beneficiário poderá consultar informações sobre datas de pagamento, valor do benefício e composição das parcelas em dois aplicativos: Auxílio Brasil, desenvolvido para o programa social, e Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Atualmente, 17,5 milhões de famílias são atendidas pelo programa. No início do ano, 3 milhões foram incluídas no Auxílio Brasil.

**Site:** <http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/fgts-adiantamento-do-13-e-auxilio-brasil-veja-quem-tem-direito-e-quando-sacar-14042022>

# Governo decide dar reajuste de 5% a todos os servidores e inclui militares



*Idiana Tomazelli, Marianna Holanda e Fábio Pupo*

O governo Jair Bolsonaro (PL) decidiu nesta quarta-feira (13) conceder um reajuste de 5% para todos os **servidores públicos** federais a partir de 1º de julho, mesmo sem espaço suficiente no Orçamento -o que vai levar a um corte de verbas em outras áreas.

O aumento vai contemplar também militares das Forças Armadas.

O custo total da medida é estimado em R\$ 7,9 bilhões em 2022, considerando seu alcance não só sobre o Executivo, mas também sobre carreiras do Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria.

A decisão foi confirmada pela Folha com integrantes da equipe econômica e do Palácio do Planalto. A opção pelo formato linear foi tomada às vésperas do calendário eleitoral, depois de meses de idas e vindas sobre os reajustes do funcionalismo e após pressão do Palácio do Planalto sobre a equipe econômica para se chegar a um desfecho ainda nesta semana.

O Orçamento de 2022 só tem reservado o valor de R\$ 1,7 bilhão para reajustes ou reestruturações de carreiras de servidores neste ano e, além disso, desde março estão sendo contingenciados recursos para respeitar a regra do teto de gastos (que impede o crescimento das despesas federais acima da **inflação**). Por isso, a decisão demanda que outras áreas percam recursos.

De acordo com integrantes do governo, a medida custa R\$ 6,3 bilhões em 2022 somente para o Poder Executivo, e os recursos serão obtidos por meio de um corte linear nas despesas de custeio e investimentos

dos ministérios (as chamadas discricionárias). Como já há um montante de R\$ 1,7 bilhão reservado para os reajustes, a necessidade líquida de redução nas pastas será de R\$ 4,6 bilhões.

Outros poderes também serão contemplados. Segundo os cálculos do governo, a correção de 5% sobre os salários do Judiciário, Legislativo, Ministério Público e da Defensoria custará R\$ 1,6 bilhão neste ano.

No caso desses órgãos, porém, não será necessário um corte nas demais despesas porque há folga em seus respectivos tetos de gastos.

A ideia é que a correção seja aplicada sobre a folha de salários do mês de junho, cujos pagamentos começam a cair na conta dos servidores em 1º de julho.

Para ir adiante com o reajuste, o governo ainda terá que articular com o Congresso a aprovação de uma mudança no Orçamento. Isso porque será preciso encaminhar um projeto de lei alterando o anexo 5 da lei, que trata justamente dos recursos para correções salariais. Será preciso ampliar a verba dos atuais R\$ 1,7 bilhão para o novo montante.

Juridicamente, o reajuste é considerado viável sem que haja risco para as pretensões de Bolsonaro de concorrer à reeleição. A lei eleitoral veda, nos 180 dias que antecedem o pleito, a revisão geral que exceda a recomposição do poder de compra -ou seja, a **inflação** oficial.

Segundo os técnicos, os 5% estariam abaixo das previsões de mercado, que se aproximam de 7%.

Com um reajuste abaixo da **inflação**, a única restrição a ser observada seria a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que veda ampliações de remuneração nos últimos 180 dias do mandato. Daí a brecha para aplicar o reajuste a partir de julho.

Inicialmente, a ideia do governo era conceder um aumento apenas para carreiras policiais, como a Folha publicou no ano passado. Desde o começo, o ministro Paulo Guedes (Economia) se posicionou de forma contrária à medida.

Para a equipe econômica, conceder reajuste para

algumas categorias representaria retirar um pino de uma granada -desencadeando aumentos para todo o funcionalismo.

Diante das divergências, o próprio presidente chegou a sinalizar que, se não houvesse consenso, o reajuste poderia ficar só para 2023.

As carreiras policiais são consideradas base eleitoral de Bolsonaro, que está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ministros do governo apostavam, logo após a decisão, que o reajuste de 5% iria arrefecer a pressão dos servidores, esperando, inclusive, um fim da greve no Banco Central. Roberto Campos Neto, presidente da instituição, participou de conversas sobre o tema no Planalto nesta quarta.

A avaliação é que se o reajuste fosse apenas para uma categoria, o movimento poderia se espalhar. O governo acredita que não deve haver reação dos policiais, uma vez que também estão contemplados no aumento.

A medida aumenta a despesa com pessoal, que é a segunda maior do governo. O país está no vermelho desde 2014 e, mesmo sem considerar o reajuste, terá uma dívida de até R\$ 6,4 trilhões ao fim deste ano.

Segundo fontes do governo, a decisão de incluir os militares no reajuste deste ano foi de Bolsonaro, que tem no grupo um importante pilar de sua base de sustentação política.

O general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa no governo Bolsonaro, é cotado para ser vice-presidente na chapa que concorrerá à reeleição.

Uma emenda constitucional de 1998 tirou dos militares o status de servidor público, que passaram a ser "denominados militares". Por isso, uma interpretação mais literal do texto indicaria que eles não são alcançados pela regra da revisão geral de salários, que será usada pelo governo para aplicar o reajuste de 5%.

No entanto, houve um comando direto do presidente para que a categoria também fosse incluída, segundo relatos colhidos pela reportagem.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49880&anchor=6454034&pd=d2bf4fb82a71bf008967d203289aab69>**

## Governo cede e reajusta remuneração do funcionalismo

Reajuste

5%

Custo da medida

R\$ 7,9 bi

(em 2022)

Espaço hoje no Orçamento para reajustes

R\$ 1,7 bi

Necessidade de corte em outras áreas do Executivo

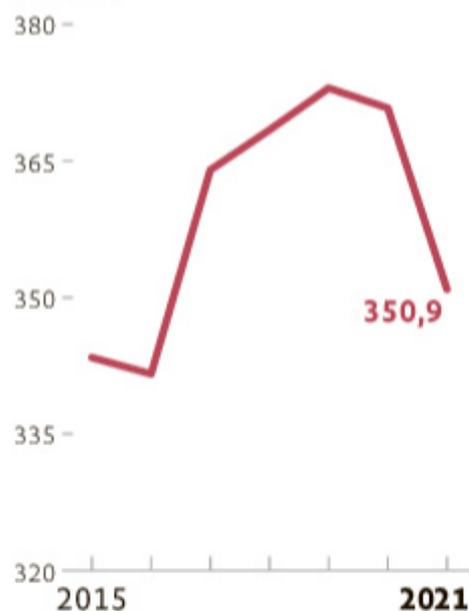
R\$ 4,6 bi

Quantidade de servidores ativos

1.119.902

Despesas com pessoal e encargos sociais

Em R\$ bi\*



\*Valores atualizados pelo IPCA  
Fontes: Tesouro Nacional e Portal da Transparência

# O voto, a vergonha e as redes - MALU GASPAR

**MALU GASPAR**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Congresso trava projetos polêmicos em ano eleitoral



Plenário da Câmara, ontem; Casa adotou sessões semipresenciais

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

A eleição colocou o Congresso em clima de "fim de feira". O que antes era considerado um risco agora é admitido por líderes do Legislativo ouvidos pelo Estadão/Broadcast: os parlamentares devem deixar a análise de projetos polêmicos e reformas estruturantes para o ano que vem, enquanto se concentram na disputa de outubro e tentam atrair votos em seus redutos políticos.

Além de novas reformas terem sido praticamente enterradas, pautas de interesse do presidente Jair Bolsonaro (PL) também têm sido deixadas pelo caminho. Na semana passada, o governo sofreu uma derrota dupla na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado - senadores esvaziaram a reunião do colegiado e derrubaram a votação da **reforma tributária** e do projeto que flexibiliza o porte e a posse de armas de fogo no País.

O próprio funcionamento do Congresso Nacional está em marcha lenta, com a Câmara dos Deputados e o Senado permitindo registro de presença de forma virtual e sessões semipresenciais, em que os parlamentares não precisam estar em Brasília para participar.

Com isso, muitos aproveitam para percorrer seus redutos, em ritmo de campanha.

Uma das prioridades de Bolsonaro, o chamado pacote ambiental, que inclui projetos sobre temas como regularização fundiária, agrotóxicos e mineração em terras indígenas, parou após pressão de ambientalistas e de artistas. O próprio presidente da República admitiu o clima desfavorável ao citar essas propostas e as reformas econômicas. "O Parlamento dificilmente vai avançar em qualquer pauta importante no corrente ano", disse Bolsonaro durante uma entrevista.

Mas não são apenas os projetos de interesse do Planalto que estão emperrados. A oposição também enfrenta dificuldades.

Na Câmara, foi rejeitado na semana passada um requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto das fake news, que criminaliza a disseminação de desinformação na internet e endurece regras para o funcionamento de redes sociais.

Em vitória para a ala governista, a proposta de acelerar a tramitação não passou por oito votos - foram 249 apoios, quando eram necessários 257.

Caso o pedido fosse aprovado, o PL estaria pronto para ser votado no plenário.

COLEGIADOS. O período eleitoral também afetou o funcionamento das comissões do Congresso responsáveis por analisar as propostas antes do plenário.

A Câmara vem adiando a instalação desses grupos desde fevereiro. O Senado está com os colegiados em funcionamento, mas projetos de interesse dos parlamentares continuam sendo analisados diretamente pelo plenário, esvaziando o trabalho das comissões.

A discussão das regras e do Orçamento de 2023 só deve ocorrer após a eleição de outubro, já com a escolha do presidente e dos parlamentares definida nas urnas. Segundo parlamentares, a Comissão Mista de Orçamento (CMO), responsável por deliberar sobre os recursos federais, só deve ser instalada depois das eleições.

"No ano eleitoral, o pessoal não quer muito assumir uma comissão porque está preocupado em correr nas suas bases eleitorais para conseguir voto", disse o deputado Capitão Augusto (PL-SP), vice-líder do partido do presidente Jair Bolsonaro na Câmara.

O governo tentará aprovar algumas propostas por meio de medidas provisórias. Congressistas apontam a possibilidade de o Executivo agir para tentar incluir propostas de interesse próprio no conteúdo dessas medidas, como a MP que regulamenta o teletrabalho e a que autoriza empresas a adotarem programas como redução de jornada de trabalho e salários, estendendo flexibilizações iniciadas na pandemia.

O impasse eleitoral atingiu ainda as reformas tributária e administrativa. As duas propostas devem ficar penduradas e terão de ser negociadas por quem for eleito em outubro.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adotou a **reforma tributária** como bandeira de sua gestão à frente da Casa, mas enfrenta dificuldade até entre aliados para fazer o projeto andar.

Governistas querem fazer com a **reforma tributária** o que o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) fez com a reforma da Previdência, deixando a discussão pronta para votação no mandato presidencial seguinte.

"O que temos de estoque daqui para frente só são pautas que nos permitam diálogo e consenso", declarou o senador Carlos Viana (PSD-MG), líder do governo no Senado.

"O que temos de estoque daqui para frente só são pautas que nos permitam diálogo e consenso."

Carlos Viana (PSD-MG) Líder do governo no Senado

Pauta

Projetos polêmicos que estão emperrados

I Porte e posse de armas O governo tenta aprovar um projeto que flexibiliza a posse e o porte de armas para atiradores, caçadores e colecionadores, ampliando o porte para mais categorias no País. No entanto, líderes do Senado agem para evitar a votação do tema.

I Pacote ambiental Ambientalistas e artistas têm se mobilizado para barrar um pacote que flexibiliza a legislação referente à regularização fundiária, ao licenciamento ambiental, à exploração de mineração em terras indígenas e ao uso de agrotóxicos.

I Projeto de lei das fake news Governistas e alguns

parlamentares de fora da base resistem a aprovar um projeto de lei que prevê a regulamentação do tema das fake news, temendo ações contra políticos em ano eleitoral. Um requerimento de urgência foi rejeitado na Câmara na semana passada. Caso o pedido fosse aprovado, o projeto de lei estaria pronto para ser votado no plenário.

I **Reforma tributária** O Senado discute uma proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**, mas o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSDMG), não tem apoio interno para aprovar a proposta neste ano. Na Câmara dos Deputados, as chances de avanço da PEC também são consideradas remotas.

I Reforma administrativa Está parada na Câmara, para onde o governo enviou o projeto.

Parlamentares afirmam que o próprio Executivo deixou de se empenhar para fazer avançar mudanças na área. A reforma administrativa propõe uma série de alterações nas regras do "RH do serviço público".

#### Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA  
Congresso trava projetos polêmicos em ano eleitoral  
PORTAL TERRA  
Congresso trava projetos polêmicos em ano eleitoral  
PORTAL UOL  
Congresso trava projetos polêmicos em ano eleitoral

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercosul outra vez ignorado (Editorial)

Com os estudos de uma nova rodada de corte de 10% no Imposto de Importação da maior parte dos produtos que o País compra do exterior sem consultar previamente os parceiros do Mercosul, o governo Bolsonaro mostra mais uma vez menosprezo pelo bloco econômico do Cone Sul e preocupação obsessiva com a eleição de outubro. O objetivo do novo corte de tarifas não é abrir mais o mercado brasileiro para fortalecer a competição e estimular a eficiência da produção local, como seria desejável. É bem mais prosaico. Mais do que em melhorar o ambiente dos negócios e da produção, o governo está interessado em reduzir o impacto dos artigos importados sobre a inflação, pois a alta generalizada dos preços afeta mais duramente o orçamento dos mais pobres e prejudica os interesses eleitorais do presidente-candidato Jair Bolsonaro. Pouco importa se algum outro país-membro do Mercosul discordar da decisão brasileira. Isso não tirará votos do candidato à reeleição.

Não se pode dizer que, com relação ao bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o governo Bolsonaro tenha mudado de opinião.

Desde a campanha eleitoral de 2018, o candidato e seu então principal porta-voz na área econômica e hoje ministro da Economia, Paulo Guedes, mostram, se não desprezo, pouco interesse no destino do Mercosul. Logo após conhecidos os resultados da eleição presidencial daquele ano, Guedes afirmou que o Mercosul não seria prioridade do novo governo, pois era "muito restritivo" e tornava o Brasil "prisoneiro de alianças ideológicas", o que era ruim para a economia brasileira.

Quase três anos depois, em agosto do ano passado, o ministro da Economia voltou a criticar o bloco do Cone Sul de maneira mais amena. Reconheceu o papel que o bloco teve logo após sua criação, em 1991, quando teria servido como "uma espécie de trampolim" para fazer o Brasil avançar em termos de competitividade, mas observou que, hoje, "não está correspondendo às expectativas". Pouco depois, quando o Brasil assumiu a presidência rotativa do bloco, Guedes anunciou que "o Mercosul vai se modernizar e quem estiver incomodado que se retire".

A redução de tarifas de importação é medida que, em tese, faz avançar a modernização. Mas a existência de uma tarifa externa comum (TEC), que teoricamente confere ao bloco a condição de uma união aduaneira,

implica compromissos entre seus membros a respeito de mudanças nas alíquotas aplicadas por cada um deles aos produtos importados.

Instituída em 1995 pelo Tratado de Assunção como instrumento essencial para aprofundar a integração entre os países do Mercosul, a TEC tem regras que asseguram alguma flexibilidade a cada membro, por meio de listas de exceções.

O Brasil e a Argentina, por exemplo, podem ter até 100 produtos na lista. Para o Paraguai, a lista chega a 649. Assim, as exceções são tantas que a TEC se tornou uma colcha com muitos furos.

Também em situações excepcionais, como em casos de "proteção da vida e da saúde das pessoas", as tarifas de importação podem ser alteradas.

Em novembro do ano passado, o governo brasileiro invocou essa excepcionalidade para reduzir em 10% as alíquotas de 87% dos produtos que constam da lista de importações do País. Ficaram de fora automóveis e produtos do setor sucroalcooleiro, que já dispõem de regime especial de taxação. Na época, a alegação foi a de que, com o corte da tributação, poderia haver um "choque de importação" que minimizaria a alta dos preços internos.

Outro ponto de atrito dentro do bloco é a flexibilização da regra que proíbe um de seus membros de negociar isoladamente acordos bilaterais. Por essa regra, qualquer acordo comercial com terceiros países só pode ser feito com a participação de todos os membros do bloco. A Argentina resiste à mudança dessa regra. Sem acordo, o bloco não avança em negociações comerciais que poderiam estimular o comércio com o resto do mundo e o crescimento regional nem permite que alguns de seus membros o faça. E vai perdendo espaço e relevância na economia mundial.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Aliados no Congresso acusam governo de boicotar renegociação de débitos

**DANIEL WETERMAN ANTONIO TEMÓTEO IANDER  
PORCELLA BRASÍLIA**

Aliados do governo no Congresso Nacional acusam o Executivo de boicotar o Refis do Simples, programa de renegociação de dívidas para micro e pequenas empresas, por não ter apresentado até agora uma medida para tirar o plano do papel. O programa permitiria a renegociação de R\$ 50 bilhões em dívidas.

Na terça-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que um novo programa de renegociação geral "muito provavelmente" sairá por medida provisória (MP). Um programa geral, que seria paralelo ao das pequenas empresas, abrangeria grandes e médias companhias, além de pessoas físicas, incluindo **tributos** que vão do Imposto de Renda a parcelas atrasadas do eSocial (plataforma de registro para cumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias).

No caso do Refis do Simples, o Congresso derrubou um veto do presidente Bolsonaro no mês passado, com aval do próprio Palácio do Planalto, mas as empresas ainda não conseguiram aderir ao refinanciamento.

O prazo de adesão foi adiado para 29 de abril.

O Refis foi batizado como Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp), pelo qual empresas poderão renegociar dívidas em até 15 anos e ter descontos em juros, multas e encargos proporcionalmente à queda de faturamento no período de março a dezembro de 2020, por causa da pandemia.

Nos bastidores, o Ministério da Economia é acusado de barrar o programa mesmo após a derrubada do veto no Congresso.

As críticas também são dirigidas à Casa Civil, responsável por dar aval às medidas assinadas pelo presidente.

Diante do impasse, congressistas ligados às micro e pequenas empresas avaliam que o governo pode adiar o prazo mais uma vez. O assunto foi citado pelo relator

do projeto na Câmara que originou o Simples, Marco Bertaiolli (PSD-SP).

"A burocracia atrapalha o andamento e o desenvolvimento do Brasil", disse. "Isso está atrasando a recuperação das micro e pequenas empresas.

Lamento que isso tenha de ser adiado por uma falta de ação."

## COMPENSAÇÃO.

Deputados acionaram Lira para pressionar o Palácio do Planalto a abrir o Refis das micro e pequenas empresas, mesmo que não haja compensação fiscal, o que confrontaria os argumentos da equipe econômica. Procurados pela reportagem, a Casa Civil e o Ministério da Economia não se manifestaram até a conclusão desta edição.

Para bancar o programa, o governo deve publicar uma medida provisória com o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e com o corte do incentivo tributário de fabricantes de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus.

A ideia original do governo era cobrir essa renúncia fiscal exclusivamente com o aumento da alíquota da CSLL para os bancos. Entretanto, a medida foi duramente criticada pelo setor bancário.

## Quantias em jogo

R\$ 470 mi é o cálculo que a Receita apresentou aos parlamentares, sobre o impacto na arrecadação federal neste ano com o Refis do Simples

R\$ 50 bi é a estimativa da dívida das micro e pequenas empresas a serem renegociadas

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# STJ mantém execução fiscal sem garantia do valor em discussão

*Arthur Rosa De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187191](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187191)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187191](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187191)

# Gasolina cara mesmo com queda do dólar



Abastecer o carro continua caro, mesmo com redução nos preços internacionais do petróleo

## Michele Portela

Os preços do petróleo caíram nas últimas semanas e o dólar vem perdendo valor diante do real, cotado, ontem, a R\$ 4,67, bem abaixo do pico de R\$ 5,70 alcançado há poucos meses. Mesmo assim, o consumidor não tem alívio na hora de abastecer o carro. Pelo contrário. Ainda ontem, o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (SindiCombustíveis-DF) divulgou um aumento do preço da gasolina, em média, de R\$ 0,30 nas bombas. Em alguns locais, o litro da gasolina chegou a ser vendido a R\$ 7,79.

Segundo o sindicato, o aumento no preço da gasolina foi causado pelo álcool anidro -misturado à gasolina vendida nos postos -, que subiu cerca de R\$ 0,60 nos últimos 30 dias. "O preço do bolo aumentou", disse o presidente da entidade, Paulo Tavares. Em Belo Horizonte, esse aumento ainda não ocorreu mas o preço médio da gasolina se mantém acima de R\$ 7,40 há mais de quatro semanas, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo, com uma leve variação de R\$ 7,483 em 19 de março para R\$ 7,447 agora, uma diferença de R\$ 0,036.

Na avaliação de analistas, o consumidor está pagando a conta do acúmulo dos problemas econômicos e políticos nacionais e internacionais. "Ainda não dá para reduzir. Há muita volatilidade (no preço da gasolina), lembrando que a defasagem (com os preços internacionais) estava muito elevada", explicou o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

De acordo com dados da Abicom, 33 dias após o mega-aumento de 18% para a gasolina promovido pela Petrobras, o preço do combustível, no mercado interno, está R\$ 0,10 por litro acima da paridade de importação. "A gasolina, na abertura do dia de hoje,

estava R\$ 0,10/litro acima da paridade (média dos principais portos). Minha expectativa é de que amanhã os preços estejam alinhados com o mercado internacional", disse Araújo.

Cotação do dólar e preços internacionais do petróleo são os dois principais parâmetros para que a Petrobras defina o preço dos combustíveis vendidos para as refinarias. Ontem, a moeda norte-americana cedeu 0,29%, cotada a R\$ 4,675. Já o barril de petróleo do tipo Brent subiu 6,65%, alcançando US\$ 105,03 (R\$ 488,14). Após um período de queda, a nova alta do dólar em função dos juros nos Estados Unidos e a indefinição da guerra entre Rússia e Ucrânia estimulam a volatilidade do mercado, embora o preço dos combustíveis ainda esteja sofrendo os efeitos da defasagem da paridade internacional.

Para Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, a Petrobras ainda está repassando ao consumidor os "prejuízos" referentes à defasagem, num cenário de alta de preços nacionais e internacionais. Antes dos mega-aumentos em março, a empresa havia passado 57 dias sem mexer nos preços da gasolina e do diesel. "A inflação em 2021 foi muito alta e ainda estamos com inflação de dois dígitos no acumulado dos 12 meses, o que obriga repasse de custos. E é esperada uma inflação elevada também para os próximos meses", afirmou.

## Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/04/2022/p1>

# Assembleia da Petrobras aprova José Mauro Coelho



Engenheiro químico e ex-secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis deve assumir hoje a presidência da petroleira

A assembleia geral de acionistas da Petrobras confirmou na noite de ontem o nome de José Mauro Ferreira Coelho para o Conselho de Administração da estatal. Com a indicação ao cargo, o Conselho de Administração aprecia na manhã de hoje o nome de Coelho para a presidência da estatal. Se for eleito pelo conselho, José Mauro Coelho toma posse na presidência da Petrobras, na tarde de hoje, na sede da companhia, no centro do Rio.

Às 23h30, a assembleia ainda analisava outros temas e só deveria terminar no final da noite. José Mauro Coelho foi secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia e seu nome foi indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para substituir o general Joaquim Silva e Luna.

O Comitê de Pessoas recomendou a aprovação do nome do químico José Mauro Ferreira Coelho para o Conselho de Administração da estatal, conforme **comunicado** divulgado, na terça-feira, pela estatal, para substituir o general Joaquim Silva e Luna. A decisão ocorreu após reunião extraordinária realizada na noite da véspera pelo colegiado.

No documento, o Comitê informou que o executivo preenche os requisitos necessários para o cargo e recomendou que a indicação "está apta para ser apreciada" na AGO. Logo, como membro do Conselho, Coelho poderá ser eleito presidente da companhia na AGO. A União tem a maioria (oito) dos 11 membros do Conselho. A assembleia também decidiria a nova remuneração dos conselheiros e da

diretoria da empresa, que lucrou R\$ 106,7 bilhões no ano passado.

No fim de março, Bolsonaro decidiu trocar o comando da Petrobras, após novamente criticar a política de paridade de preços internacionais da estatal, a PPI. Foi a segunda troca desde o início do mandato. Os combustíveis são os principais vilões da **inflação** e Silva e Luna, escolhido por Bolsonaro para substituir Roberto Castello Branco - indicado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes -, não conseguiu evitar a disparada dos preços dos combustíveis no início de março em meio à guerra da Ucrânia. Depois de 57 dias de congelamento de preços, a empresa anunciou um mega reajuste nas refinarias, de 24,9%, no diesel, e de 18,7%, na gasolina.

Descontente, o chefe do Executivo partiu para a escolha de um substituto com a ajuda do Ministério de Minas e Energia (MME) e indicou o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) e, para a presidência do Conselho, escolheu o presidente do Flamengo, Rodolfo Landim. Contudo, Pires e Landim renunciaram logo em seguida devido às suspeitas de conflitos de interesses apontadas pelos órgãos de governança da estatal.

Ambos, inclusive, são bem relacionados com políticos do Centrão e amigos do empresário baiano Carlos Suarez, dono da OAS, uma das empreiteiras envolvidas no escândalo do Petrolão.

Diante da renúncia dupla, o MME divulgou, na semana passada, novos indicados e escolheu Coelho, presidente do Conselho de Administração da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), para o lugar de Pires, e o engenheiro Márcio Weber, que já integra o Conselho, para a vaga antes de Landim.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/04/2022/p1>

# Emergência alimentar (Artigo)

**Nathalie Beghin Economista e coordenadora da assessoria política do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e ex-conselheira do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)**

Na última semana de março, o Datafolha revelou resultados assustadores de uma pesquisa que perguntou à população brasileira se achava que a comida dentro de casa era considerada suficiente para os seus moradores.

Como é possível que, em uma das economias mais ricas do mundo, uma em cada quatro pessoas responda que a alimentação domiciliar está muito aquém do necessário? E mais: entre os mais pobres, 35% avaliaram que não há comida suficiente. A pesquisa também explicitou as enormes desigualdades regionais, pois é no Nordeste que a situação de insegurança alimentar e nutricional é pior. Urge a implementação de medidas emergenciais.

Sim, o país voltou a esse grave e conhecido quadro, de onde havia saído, em 2014 (poucos anos atrás), do Mapa da Fome das Nações Unidas.

As causas que explicam a deterioração do quadro alimentar e nutricional no Brasil são muitas. Temos um modelo agroalimentar que, infelizmente, pouco valoriza a agricultura familiar, principal responsável por nossa alimentação básica. As energias estão direcionadas para a agropecuária de grande porte, voltada à exportação. Assim, cresce a produção de soja e milho em detrimento da de arroz, feijão e mandioca, entre outras. Os trabalhadores do campo são expulsos de suas propriedades, engrossando as periferias empobrecidas das cidades, com enormes dificuldades para se alimentar.

A crise econômica que caracteriza o Brasil dos últimos anos e que se agravou em decorrência da pandemia de Covid-19 jogou milhões de pessoas no desemprego e na precariedade. A renda insuficiente dificulta e, em muitos casos, impossibilita a compra de alimentos. O levantamento do Datafolha revela que, entre os desempregados, 38% disseram que não tiveram comida suficiente.

Outro fator agravante é o da **inflação** e, especificamente, da **inflação** alimentar, que penaliza os empobrecidos. Os preços dos alimentos subiram mais de 20% desde o início da pandemia. O efeito da elevação dos preços é mais severo sobre os mais

pobres. De acordo com o IBGE, os gastos com alimentação representam cerca de 20% da renda dos brasileiros. Se analisado entre as famílias que vivem com 1 a 5 salários mínimos, o peso da alimentação chega a um quarto de seus rendimentos. Dai que a combinação da queda da renda com o aumento dos preços dos alimentos resulta em falta de comida dentro de casa.

Uma causa relevante do significativo aumento da fome no Brasil está fortemente relacionada ao desmonte da institucionalidade federal da segurança alimentar e nutricional operado pelas gestões Michel **Temer** (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), associada a uma política fiscal contracionista implementada desde 2016 por meio, especialmente, do teto de gastos.

O abandono de uma atuação intersetorial e sistêmica, assim como a extinção das instâncias de participação social, impediu a identificação dos principais problemas alimentares e das demandas da sociedade; o enfraquecimento de mecanismos de regulação do mercado dificultou o controle da **inflação**, particularmente a alta de preços dos alimentos; a desarticulação de estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, principal responsável pela alimentação básica da população brasileira, contribuiu para a **inflação** de alimentos e para a carestia; os programas de aquisição e de distribuição de alimentos, como o Programa das Cisternas, o Programa de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos foram enfraquecidos -desse modo, pouco mitigaram o problema da fome.

Essa situação agrava as desigualdades raciais, pois é a população negra a mais afetada pela fome. Agrava também as desigualdades regionais, pois como vimos o Nordeste é o mais penalizado. E piora as desigualdades geracionais: de acordo com o Unicef, 61% das crianças e dos adolescentes vivem na pobreza, sendo, portanto, mais impactados pela carestia alimentar.

A fome tem pressa, não pode esperar. Urge implementar desde já uma ação emergencial de combate à fome. Urge, ainda, retomar a política nacional de segurança alimentar e nutricional para enfrentar as causas estruturais da fome no Brasil.

[...]

Como é possível que, em uma das economias mais ricas do mundo, uma em cada quatro pessoas

responda que a alimentação domiciliar está muito aquém do necessário? (...) Uma das causas está fortemente relacionada ao desmonte da institucionalidade federal da segurança alimentar e nutricional

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**80**

# Exportações do agronegócio rendem soma de US\$ 131 bilhões em 12 meses - VAIVÉM DAS COMMODITIES



Cultivo de trigo em fazenda do Rio Grande do Sul. Foto: Paulo Siqueira/Agência Brasil

**MAURO ZAFALON**

As exportações do agronegócio atingiram o recorde de US\$ 131 bilhões (R\$ 614 bilhões) nos últimos 12 meses, um valor financeiro 28% superior ao de igual período anterior, conforme dados da Folha, com base em informações coletadas pela Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Preços elevados dos produtos no mercado externo garantiram um montante tão alto. Em vista desse novo patamar de preços das commodities, a **inflação** se espalha por todos os países.

O principal mercado brasileiro, de longe, continua sendo a China. Eles deixaram US\$ 45 bilhões (R\$ 211 bilhões) no país nos últimos 12 meses.

Estados Unidos vieram a seguir na lista, com US\$ 9,5 bilhões (R\$ 44,5 bilhões).

A Ásia é uma das regiões que mais se interessaram pelos produtos brasileiros. Dos dez primeiros países da lista dos principais importadores do Brasil, cinco são da região, todos com importações superiores a US\$ 2,5 bilhões (R\$ 11,7 bilhões) no período.

Entre os produtos mais exportados, a liderança continua com a soja em grão, que atingiu US\$ 45 bilhões (R\$ 211 bilhões). As proteínas somaram US\$ 19,6 bilhões (cerca de R\$ 92 bilhões) em receitas no mesmo período.

Isso ocorre apesar de a China ter ficado fora do mercado brasileiro por três meses na compra de carne bovina e de ter reduzido o volume adquirido de carne suína.

O açúcar, com oferta menor no mercado mundial, e consequente aceleração dos preços, também foi destaque. As receitas como produto somaram US\$ 9,3 bilhões (R\$ 43,6 bilhões) de abril do ano passado a março de 2022.

As exportações de cereais não atingiram o patamar de anos anteriores, devido ao milho, que teve retração nas receitas, provocada pela seca e por geadas que afetaram a safrinha do ano passado. As receitas ficaram em US\$ 5,62 bilhões (R\$ 26,3 bilhões), com uma queda de 16%.

Em parte, a ausência do milho foi compensada pelo trigo, principalmente neste ano. Nos três primeiros meses, as exportações do cereal somaram 2,2 milhões de toneladas, com rendimento de US\$ 663 milhões (R\$ 3,1 bilhões).

Apesar de o país ser um tradicional importador de trigo, as exportações deste ano superaram as importações. O volume exportado neste ano foi 289% acima do registrado de janeiro a março de 2021.

O setor de madeira, principalmente a do tipo bruto, manteve tendência ascendente. Nos últimos 12 meses, as exportações renderam US\$ 4,9 bilhões (o equivalente a R\$ 23 bilhões), 47% a mais do que em igual período anterior.

\*

carnes

Sobre a liderança do Brasil nas exportações de carne bovina para os Estados Unidos, Antônio Camardelli, da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), afirma que esse é um bom sinal.

parceiros

As indústrias norte-americanas reconheceram que o Brasil não é um competidor, mas um parceiro para complementar a demanda interna de carne deles. Já a Europa ainda considera a indústria brasileira como competidora, segundo Camardelli.

líder

Dados do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) do último dia 6 indicaram que o Brasil desbancou o Canadá, a Austrália e o México nas exportações de carne bovina no primeiro bimestre deste ano para o mercado norte-americano.

trigo

A área semeada na safra 2022/23 soma 3,4 milhões de hectares, o que representa um aumento de 21% em relação à anterior. Paraná e Rio Grande do Sul lideram esse crescimento.

trigo 2

As estimativas são da consultoria StoneX, que prevê uma produção recorde de 10 milhões de toneladas de trigo no período. Os preços incentivam o plantio, segundo a empresa.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**80**

# Estudo aponta consumo mais fraco de café no Brasil, com a primeira queda em dez anos



Funcionário trabalha no processo de secagem de café na Fazenda 7 Senhoras, em SP. Eduardo Anzelli - 14 ago. 20/Folhapress

A demanda do brasileiro por café deverá fechar o ano fiscal 2021/22, em junho, com a primeira queda anual em mais de dez anos, pelo menos, com um quadro de desaceleração econômica e disparada nos preços reduzindo o consumo do tradicional cafezinho no país que é o segundo consumidor global, avaliou um estudo da hEDGEpoint Global Markets.

"Em um ano que combina perdas substanciais no salário mínimo devido a altas taxas da **inflação**, juntamente com atividade econômica lenta e aumento dos preços ao consumidor final, a demanda deve registrar impactos negativos", disse a analista Natália Gandolphi, em estudo obtido com exclusividade pela agência de notícias Reuters.

A especialista na empresa de gestão de risco e hedge de commodities agrícolas e energéticas estimou uma queda de 4% na demanda interna do Brasil, para 21,5 milhões de sacas de 60 kg, no ano entre julho de 2021 a junho de 2022.

A pesquisa foi divulgada após a Abic (Associação Brasileira da Indústria de Café) ter publicado uma estimativa de crescimento no consumo de café no país de 1,7% no período entre novembro de 2020 e outubro de 2021.

Mas a analista da hEDGEpoint ressaltou que no período avaliado pela Abic os consumidores mais carentes contaram com auxílio emergencial do governo, o que foi importante para a manutenção do padrão de consumo.

A especialista notou que o auxílio está sendo considerado para 2022, com novo "layout", mas ainda não foi lançado. "Assim, nossa projeção está em linha com esse cenário: menor crescimento econômico, salário mínimo prejudicado pela **inflação** e ausência

de assistência governamental que sustente o poder de compra -tudo isso com preços em alta." Embora a Abic tenha apresentado um quadro de consumo mais resiliente, a própria associação admitiu uma situação desafiadora, com a indústria reajustando o preço em 52% entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021.

Foi repassada apenas parte da alta da matéria-prima, que disparou 155% após uma colheita menor pela seca no ano passado, além de geadas que reduziram o potencial de colheita da safra de 2022.

Para o novo ano fiscal, entre julho de 2022 e junho de 2023, a hEDGEpoint espera uma recuperação no nível de consumo do Brasil, ainda que para níveis inferiores aos vistos em 2020/2021 (um total de 22,4 milhões de sacas), caso a situação econômica continue a se deteriorar em 2023.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49880>

# Zema vai à Justiça tentar barrar reajuste de servidores

**LUÍSA MARZULLO** [luisa.castro@oglobo.com.br](mailto:luisa.castro@oglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Presidente prevê inflação de alimentos "por longo tempo"

**DANIEL GULLINO** [daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br](mailto:daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Facebook cobrará 50% de comissão no metaverso

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Mercado já projeta IPCA de 7,5% no fim deste ano

**Marcelo Osakabe, Felipe Saturnino e Anais Fernandes  
De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1)

# Governo estima déficit de R\$ 66 bi este ano e superávit primário fica para 2025

*Edna Simão e Lu Aiko Otta De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187191?page=1&section=1)